

"SOFTWARE"

22 OUT 1987

GAZETA MERCANTIL

Senado votará sobretaxa e novo fundo

por Rita Medeiros
de Brasília

O projeto de "software" — elaborado pelo governo no ano passado e encaminhado ao Congresso Nacional no começo deste ano — encontra-se em tramitação no Senado Federal e pode ser votado ainda hoje, pelo Senado, segundo o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, que assegurou não ter o presidente Sarney solicitado adiamento do projeto, em função da reforma administrativa.

Ontem, a liderança do PMDB conseguiu fechar um acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Informática de Serviços e Processamento de Dados (Assespro) e com a Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (Suce-su) para tentar apressar a votação do projeto do "soft-

ware" no Senado Federal.
SOBRETAXA

A nova redação incluirá a sobretaxação dos programas de computadores importados, como um segundo critério para o licenciamento do produto no País. Antes, o governo havia proposto a autorização simples para a comercialização dos "software" sem similares no País, ou em fase de desenvolvimento pelas empresas nacionais, ainda não disponíveis no mercado. Com a sobretaxa indiscriminada, para "software" importado com ou sem similar, as empresas nacionais obtêm garantia ainda maior em relação aos programas estrangeiros. Em contrapartida, o consumidor brasileiro de "software" vai arcar com o ônus dessa proteção às indústrias brasileiras de informática. Resta saber, ainda, de quanto vai ser essa taxa. Até ontem nada

havia sido estabelecido ou acenado pelas partes envolvidas no polêmico projeto.

A proposta do Executivo visa conceder aos programas de computador — tanto nacionais, quanto estrangeiros — uma proteção jurídica, procurando resguardar o direito do autor no mercado nacional. Embora tenha sido aprovada quase que unanimemente pela Câmara dos Deputados, a proposta criou uma grande polémica no Senado, devido às restrições colocadas à versão original.

Agora, apesar dos senadores do PMDB terem conseguido fechar um acordo com a SEI, em conjunto com a Assespro e Suce-su, o projeto deve retornar à Câmara dos Deputados, conforme determina o regimento interno do Congresso, para propostas que recebiam emendas durante a tramitação no Senado. Po-

rém, o subsecretário industrial, Américo Rodrigues, informou que o senador Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se em apressar a votação no Senado e em negociar com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, no sentido de conferir caráter de urgência à tramitação.

A redação final do texto do projeto do "software", incluindo a sobretaxação dos programas importados, está sendo realizada pela Consultoria Geral da República, que procura uma forma jurídica para conciliar as duas proposições: do governo e das entidades Assespro e Suce-su. Ontem, aliás, segundo o ministro Archer, a SEI e os senadores também procuravam encontrar uma forma jurídica para incorporar algumas emendas. E, na dependência da nova versão ficar pronta o enca-

minhamento do requerimento do senador Fernando Henrique para votação em caráter urgente, poderá ocorrer hoje.

NOVO FUNDO

Além dessas mudanças, a nova redação deverá incluir, a criação de um fundo de investimentos destinado a aplicações em pesquisa e desenvolvimento de produtos de informática, com recursos gerados pela cobrança de sobretaxa de importação. Segundo o subsecretário industrial, a preocupação agora, em relação ao projeto, é a de encontrar uma forma jurídica, para que a cobrança do futuro imposto não crie problemas com a área econômica do governo. Isso porque a proposta das entidades mexe com a estrutura de arrecadação tributária.

Outra alteração da versão original do projeto

refere-se ao artigo 3º proposto pelo Executivo, que deverá explicitar o critério de "equivalência funcional", exigido pela SEI, na concessão de licenciamentos para comercialização dos "software". Segundo o presidente da Suce-su, Josué Mussalem, essas definições deverão abranger os prazos que a SEI terá para responder aos pedidos de licenciamento, além de parâmetros que permitam estabelecer a similaridade entre os produtos.

Se o projeto do "software" for para apreciação do Senado, hoje, em plenário será nomeado novo relator, em substituição ao senador João Menezes, responsável pela elaboração do parecer do projeto, quando este encontrava-se em tramitação normal na Comissão de Constituição e Justiça. O relator deverá ser o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC).